

Uma etnografia das práticas financeiras nas margens urbanas de Vitória (ES)¹

Timothée Narring (Cessma, Paris 7, França)

Resumo

A partir de uma etnografia das práticas financeiras na favela São Benedito, essa pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos da incorporação das “*peças de baixa renda*” ao sistema financeiro brasileiro. Iniciei esse projeto em setembro de 2017. Depois de fazer uma primeira revisão da literatura brasileira sobre esse tema, comecei um campo de quatro meses, em 20 de setembro de 2018. Esse breve texto, ainda muito inicial e propositivo, tenta precisar e refletir sobre os objetivos e a abordagem metodológica dessa pesquisa. Apresentarei, primeiro, o contexto no bairro, as primeiras hipóteses e a tentativa de combinar várias metodologias (*história de vida, financial diaries, orçamento familiar*) em duas escalas (etnográfico do bairro e meso-institucional dos atores financeiros e políticos da cidade). Segundo, me concentrarei no caso de uma família para problematizar a relação entre dívidas, casa e território.

Palavras-chave: financiarização, dívida, margens urbanas

A financeirização das classes populares como objeto de estudo

A partir de uma imersão prolongada numa margem urbana, a pesquisa tem como objetivo analisar como pessoas e famílias de classes populares se relacionam com o conceito de dívida, e assumem diferentes obrigações monetárias e morais, interiores e exteriores ao bairro.

Após um trabalho de mestrado focado sobre as apropriações territoriais do Banco Bem no São Benedito (2016), eu decidi repensar a ação desse banco comunitário no contexto mais geral de financeirização das classes populares brasileiras. A centralidade (e a velocidade do crescimento) do endividamento com bancos, financeiras, supermercados e lojas comerciais, ...vetor de inclusão à sociedade de consumo, representa uma mudança

¹ “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.”

essencial (Banco Central do Brasil, 2015). Sendo assim, existem ainda poucos trabalhos de campo que tentam articular esses processos macroeconômico e político com uma abordagem etnográfica².

Numa primeira perspectiva, entendo a financeirização brasileira como uma construção política (através de políticas sociais de « *solvabilização* »³) de uma relação nova, ampliada e intensificada entre « *peças de baixa renda* »⁴ e instituições financeiras desde a chegada do Partido dos Trabalhadores no poder. Novos instrumentos e programas voltados a esse público (conta corrente fácil, linhas de crédito, projetos de educação financeira) foram implementados. Vale destacar, por exemplo, a criação do « *crédito consignado* » pelo primeiro governo Lula em 2003. Criou uma ligação direta entre as instituições financeiras e as empresas/administrações públicas assim que a Previdência que transferem diretamente o pagamento dos clientes, descontados do salário e das prestações sociais, na conta dos bancos (Lavinias, 2017). O consignado é hoje a maior forma de crédito⁵, usada também por atores não bancários⁶ (BCB, 2015).

Além da dinamização dessa faixa do mercado do crédito, o Estado facilitou a extensão da financeirização a novos domínios sociais tais como a educação ou a saúde. Nesse último caso, a criação de planos de saúde específicos para pessoas de baixa renda com descontos fiscais foi estimulada⁷ enquanto numerosos incentivos fiscais enfraqueciam o financiamento da Previdência (Cordilha & Lavinias, 2018).

Essa abordagem macroeconômica permite enxergar como o endividamento, massivo e oneroso, se tornou a condição da integração das classes populares ao sistema financeiro. Sob influência da aplicação de taxa de juros altíssimos, cresceu com maior

² Eu percebi depois de fazer uma primeira revisão bibliográfica da literatura brasileira.

³ Refiro-me as políticas de revalorização do salário-mínimo e de ampliação das transferências monetárias que fizeram com que, com maiores garantias de poder pagar um crédito, as “pessoas de baixa renda” se tornaram um público mais atrativo do ponto de vista das instituições financeiras.

⁴ Categoria mobilizada pelos governos na política de “inclusão financeira”.

⁵ Nove bancos tinham o aval para fazer crédito consignado em 2003, em 2016 esse número aumentou para 42 (Lavinias, 2017).

⁶ Pelo “correspondente bancário”, outros atores não-bancários tais como as financeiras utilizam também o crédito consignado como podemos observar no nosso campo.

⁷ Foram 12 bilhões em desconto fiscal. Hoje 38 % das pessoas com plano de saúde tem um plano inferior a 99 reais (Lavinias, 2017).

velocidade em apenas quinze anos⁸, gerando lucros históricos⁹ para os setores comerciais e financeiros (BCB, 2015, Dowbor, 2015). Tal perspectiva é relevante para questionar o poder de captação do setor financeiro sobre as classes populares que vivem principalmente do trabalho delas. Entretanto, não explica operacionalmente como essas formas de “*acumulação por desapossamento*” (Harvey, 2004) se dão. Como essas transações econômicas acontecem no espaço e no tempo; que discursos e afetos os vendedores de objetos e produtos financeirizados mobilizam; como os clientes reagem a essas falas; Como os custos das dívidas são calculados e apresentados; em que medida os clientes quitam os créditos; Como se renegocia um financiamento quando a pessoa não consegue pagar. Uma escala de análise tão superficial e estática das estruturas sociais não permite analisar as mudanças provocadas pela financeirização num tempo mais amplo. Em que medida esse processo transforma as subjetividades das pessoas? Como ele altera as relações sociais dentro da família ou da vizinhança?

Sendo assim, torna-se necessária uma análise situada da *financeirização*, do próprio ponto de vista das classes populares, para entender não só as repercussões sobre as condições materiais de vida, mas também as categorias nativas que estruturam as percepções desse fenômeno e orientam seus comportamentos (Neiburg, 2011; Muller, 2014). Essa abordagem etnográfica toma como ponto de partida a observação das práticas e discursos quotidianos para repensar em seguida a economia conceitualmente.

Ela encaixasse na postura epistemológica de vários antropólogos brasileiros para uma inversão das perspectivas econômicas clássicas (“*from the economy to economics*”¹⁰) a qual tem muita ligação com a socioeconomia francesa “*polanyienne*” (Farinet, 2018). Essa corrente insiste na importância de recontextualizar as transações econômicas nas relações sociais, trabalhistas, familiares que moldam dívidas plurais, influenciadas por considerações monetárias, morais e afetivas.

8

A população que ganha menos de três salários tem 34,4 milhões de clientes (60% do mercado do crédito) e é a mais endividada (73% do salário disponível do cliente usando para pagar dívidas bancárias (BCB, 2015).

9

Em 2016, o volume de crédito atinge 3111 bilhões de reais em 2015 (54,5% do PIB brasileiro contra 22% em 2001). Nesse estoque, as instituições financeiras apreenderam 28,4% de juro (800 bilhões de reais) (BCB, 2015, Dowbor, 2016).

10

Ver Motta Eugênia; Neiburg Federico; Rabossi Fernando; Muller Lucia, “*Ethnographies of economy/ics: making and reading*”, Vibrant, vol.11 no1, Brasília, 2014.

São Benedito, uma favela “familiar” no coração rico de Vitória

São Benedito se formou a partir de uma invasão liderada pelo “*Sargento Carioca*” nos anos 1960, ampliada nos anos 1970 com a chegada de populações baianas e mineiras. Hoje é uma favela de 1200 casas contando em torno de 6000 moradores. Fica próxima da principal avenida da cidade de Vitória, Nossa Senhora da Penha onde bancos, supermercados, lojas e sedes de grandes empresas estão implementados. Esse tamanho reduzido do bairro (com referência aos outros bairros do território como Itararé ou como favelas de outras capitais como o Rio de Janeiro) e a centralidade que ele ocupa no espaço urbano, além de facilitar a minha circulação nos diferentes lugares, permitem enxergar melhor as relações de parentesco (no interior do bairro) e os confrontos de classes antagonistas (no espaço urbano).

Essa *comunidade* tem uma dimensão “*familiar*” relacionada às formas de migrações que fizeram ampliar a ocupação do “morro”¹¹. A maioria das pessoas tem “parentes” de três gerações (irmãos, primos, avós) dentro do bairro (ou nos bairros vizinhos que fazem parte também do “*Poligonal 1*”¹²). Alguns rastros dessas migrações aparecem ainda na ocupação do espaço: várias pessoas originárias de São Matheus e Conceição Da Barra ocupam a parte do bairro vizinha com Consolação, por exemplo o Beco do Cafezal; outras da Bahia, a parte mais em cima do morro perto da delegacia da Polícia Militar. Assim, aprofundar essas relações familiares, que se organizam através de transferências entre casas vizinhas, é essencial para entender a circulação de dívidas no espaço doméstico e urbano.

A grande maioria dos moradores tem um salário inferior a dois salários-mínimos. As profissões mais correntes no bairro são ajudantes de pedreiros, pedreiros, empregadas domésticas e auxiliar de limpeza.

A maioria das famílias tem como figura central a mãe e/ou a avó. Isso, porque geralmente o pai não assumiu a gravidez ou pelas separações, mortes ou prisões. Além de administrar

¹¹

Por exemplo, da população do Norte do Estado (São Mateus e Concessão da Barra) que foram pela maioria expulsadas das terras pela empresa de celulose, Aracruz; ou pela população do sul da Bahia, de cidades como Itamaraju.

¹²

Nome do conjunto de oito bairros populares (Consolação, Itararé, Jaburu, Da Penha, Bonfim, São Benedito, Engenharia, Floresta) onde o poder público fez várias intervenções sociais e urbanísticas (Projeto Terra, Minha Casa Minha Vida, ...).

a casa e tomar contas das crianças, as mulheres estão na frente das decisões financeiras da família. Boa parte delas se sustentam unicamente com o Bolsa Família.

Hipóteses iniciais

Enquanto acompanhava a trajetória dos clientes do Banco Bem (fevereiro-junho 2016, dezembro 2016, janeiro 2018), a partir da metodologia das histórias de vida, tomei consciência, aos poucos, do caráter mais amplo e diversificado das dívidas financeiras dos moradores do São Benedito. Comecei a acompanhar as trajetórias financeiras de umas vinte famílias e a me inseri mais na vida quotidiana do bairro participando de certos espaços (clube de futebol, festas comunitárias, mutirões, excursões de domingo). Dessas primeiras experiências, eu extraio duas hipóteses:

- A centralidade das financeiras nas práticas de crédito dos moradores de São Benedito; já que bastantes clientes não têm acesso a crédito nos bancos convencionais, eles usam mais os serviços mais flexíveis de financeiras mesmo que os juros e as multas sejam muito mais altos; a facilidade de acesso à moeda sem precisar de abrir conta bancária e sem ter que limpar o nome em outras instituições bancárias responde às necessidades imediatas das famílias.

-As possibilidades de renegociar e cancelar (parcialmente) as dívidas; várias pessoas de essa pesquisa não pagaram algumas prestações do crédito delas e não consideram o pagamento como uma prioridade; observamos também que os próprios bancos e o próprio Estado, através da empresa Serasa, criam mecanismos para renegociar as dívidas e reduzir o peso dos juros ¹³.

Contexto atual do campo de pesquisa

Essa pesquisa é realizada enquanto mudanças substanciais acontecem dentro do bairro. O projeto “BT0”, operado pela empresa EDP Excelsia com parceria com a

¹³

A próxima Feira para Limpar o Nome, organizada pelos Dirigentes de Camaras de Lojistas, aconteceu do 5 de dezembro ate o 9 de dezembro de 2018 com a quase totalidade das instituições financeiras da cidade assim que empresas de eletricidade (EDP) e de agua (Cesão).

prefeitura de Vitória, tem como objetivo implementar uma nova rede de eletricidade e de regularizar o acesso à energia (Em 2016, 70% dos moradores tinham conexões clandestinas, segundo a empresa). Acabando com os “gatos”, se procura “conscientizar” os moradores para legalizar e pagar o consumo deles. O que tem muita repercussão sobre suas práticas financeiras. Além disso, o Banco Bem (através do Ateliê de Ideias) e Da Casa fizeram uma parceria desde o começo de 2018. A financeira vai financiar os próximos créditos habitacionais e produtivos do banco comunitário com uma taxa de 2,9%. Experimentado no SB com a mesma metodologia que os BCD aplicam, será replicado depois a outros bancos comunitários do Espírito Santo.

Por fim, depois de vinte anos de espera dos moradores, as obras para a construção da nova escola fundamental começaram esse mês de outubro de 2018. Era uma reivindicação muito antiga do “orçamento participativo” para ter uma escola com ensino fundamental completo e com capacidade de acolher toda a demanda do bairro. Esse projeto apresenta também possibilidades de empregos conjunturais para numerosas pessoas do bairro que estão desempregados, especialmente homens da área de construção civil.

Metodologias e escalas de análise

Na elaboração atual desse campo de pesquisa, tento articular uma abordagem etnográfica para entender como os moradores do São Benedito se relacionam e lidam com as dívidas no dia a dia deles, com uma perspectiva mais institucional, para entender quais relações de poder se construíram, no espaço urbano, entre eles e as principais empresas comerciais e financeiras onde eles são devedores.

Na primeira perspectiva, que ocupou a parte essencial do meu campo até agora, tento articular uma metodologia a partir de histórias de vidas e “*financial diaries*” (cadernos financeiros cotidianos). A partir do discurso das pessoas, o objetivo é recontextualizar as práticas e transações financeiras numa perspectiva ampla do ciclo de vida delas, analisando os principais eventos (chegada no bairro, casamento, primeiro emprego de carteira assinada, construção da casa, morte de um parente próximo...) que provocam mudanças importantes. Aqui é essencial aprofundar as relações de família e de trabalho para entender os projetos e cálculos que orientam as escolhas das pessoas. Desde o campo, tomei consciência da necessidade de descrever mais precisamente as relações de parentesco e detalhar as configurações domésticas (o papel de cada integrante da família) para refletir depois sobre dívidas. Enquanto tento adaptar essa metodologia a meu

campo, mais vejo os pontos fortes e fracos dessa abordagem. As “trajetórias de vidas” permitem insistir nas percepções das pessoas sobre uma temporalidade ampla e revelar as categorias usadas para qualificar as dívidas assim que as estratégias da ‘luta’ financeira das pessoas. Para conseguir esse objetivo, é importante entrevistar cada integrante da família e fazer várias revisitas ao longo do tempo.

No entanto, essa abordagem permite dificilmente estimar e quantificar as dívidas das pessoas, tomando em conta a complexidade das relações de dívidas (os sentidos plurais das “renegociações” bancárias). O pesquisador faz uma análise a posteriori das transações econômicas que reconstituiu a partir da memória das pessoas. Além disso, não dá para enxergar as estratégias das empresas financeiras/comerciais para vender produtos financeirizados. Assim o risco seria de invisibilizar processos de dominação mais sutis.

Por isso, é importante tentar combinar essa metodologia com a coleção de faturas de empréstimo, de cartão, de luz, de eletricidade, ...assim, detalhar o orçamento familiar poderia ser o meio de compensar os limites de uma abordagem exclusivamente subjetiva.

No intuito de aprofundar, os “*financial diaries*” trazem uma fonte de inspiração essencial. Trata-se de detalhar todas as entradas e saídas de uma família para reconstituir a lógica dessa economia doméstica. Implica uma confiança forte das pessoas e uma mobilização importante do pesquisador. No meu caso, uso realmente essa abordagem no caso de uma família de três pessoas (casal com a filha morando no Rio) que visito duas ou três vezes por semana mais ou menos duas horas. Essa metodologia revela a elaboração cotidiana de arranjos financeiros extremamente complexos e a densidade dos fluxos monetários e morais que circulam dentro da família. Mas a falta de tempo não permite estender essa abordagem a muitas outras famílias. Também, no caso de São Benedito, me questiono sobre os limites de representatividade da família que eu acompanho.

Se o objetivo da tese é entender as relações de poder que estruturam as relações de dívidas, se torna essencial explorar as interações entre margens urbanas e empresas financeiras. Para isso, tento acompanhar duas agências de crédito, uma de um banco público, outra de uma financeira para entender melhor as estratégias dessas instituições e a realização dos créditos. Além disso, me parece importante analisar as renegociações de dívidas atrasadas já que essa situação é muito comum hoje no Brasil. Essa abordagem me leva também a acompanhar os clientes que eu acompanho nessas instituições e acompanhar os deslocamentos deles no espaço urbano.

Família e Dívidas em uma favela de Vitória

Essa narrativa tem como ponto de partida, uma cadeia de eventos que tiveram maior repercussão sobre a situação financeira, territorial e psicológica da família Dos Santos a partir do ano de 2010. É baseada nos testemunhos atuais de Maria Teresa e Nádia (só uma parte dos protagonistas dessa história) com algumas lembranças poucas precisas, o que confere uma tonalidade própria e uma narrativa as vezes aproximativa. Morei com Maria Teresa e João duas vezes (duas semanas em janeiro 2018, e dois meses em outubro e novembro 2018) depois de conhecer eles no primeiro campo de 2016. Acessar a essa história só foi possível pela relação de amizade que se construiu dentro de esse tempo.

Maria Teresa (MT), 61 anos, e João Dos Santos são moradores antigos do São Benedito, originários de Minas Gerais. Eles têm 4 filhos (Lucas, Rodrigo, Nádia, Maria) e 5 netos¹⁴. Desde 1978, eles têm uma mercearia da qual tiram a renda e o necessário para sustentar a casa deles. Hoje a mercearia dá aproximadamente dois salários-mínimos de lucro enquanto dava 4, e as vezes mais, há mais de dez anos (“quando não tinha concorrência como hoje”). Mesmo que a renda diminuiu bastante, a família Dos Santos tem uma estabilidade financeira e familiar superior a maioria das *casas do morro*. A permanência da « *mercearia do João* », depois de 40 anos, considerada como um ponto de referência do bairro, confere à imagem de uma família com boa situação.

Atualmente, Maria Teresa e João moram no piso superior, que MT fez construir o ano passado. Esse projeto « *planejado desde muito tempo* » foi financiado essencialmente por dinheiro próprio (R\$15.000,00 da poupança acumulada nos últimos oito anos) e com um crédito de R\$ 5000,00 (feito em 2016, com um juro de 1% mensal) do Banco Bem que já foi pagado.

Embaixo da casa mora a filha deles, Nádia, 35 anos com o marido Pedro, 49 anos, porteiro num condomínio, com os dois filhos, Jair, 14 anos, e Antônio, 9 anos. Nádia ajuda seus pais na mercearia, especialmente na gestão do ‘fiado’ já que ‘*agora papai esquece mais as coisas*’. Ela não recebe salário pelo seu trabalho, mas come várias vezes por semana ‘*em cima*’. Há três anos atrás, ela começou a vender ‘*havaianas*’ por conta

¹⁴

Os nomes e sobrenomes foram mudados como o pediram os diferentes integrantes da família.

própria dentro da mercearia. Os 200-250 reais que ela gera de lucro mensal («*Dá mais no final do ano: novembro e dezembro*») são a única renda de Nádia. A maior parte do tempo, ela é dona da casa. Pedro faz a compra do mês no supermercado e leva da feira verduras, que ele dá também para os sogros. Ele repassa para Nádia 100 reais por mês para os seus gastos pessoais. Com esse dinheiro, ela paga as prestações do novo tanquinho do mesmo valor. Nádia não conhece o salário do marido que passa a maior parte do tempo trabalhando¹⁵. Tampouco sabe quanto dinheiro ele tem na conta poupança que abriu há muitos anos na Caixa Econômica.

2010. Rodrigo, 30 anos mora ainda com seus pais. Tem uma pequena empresa de transporte que leva os clientes para passear (nos jogos do Flamengo no Rio por exemplo). Para financiar sua atividade, ele solicita regularmente Zé, amigo de infância dele que participa de uma das facções do território. No começo do ano de 2010, Rodrigo já tem, com ele, uma dívida atrasada de R\$ 20000, usada para comprar um novo ônibus. Ele pede mais tempo para Zé. Já que ambos estão acostumados a esse tipo de arranjo (emprestar dinheiro na mão para Zé, prestar de graça serviços de transporte para Rodrigo). Zé aceita. Justamente, o mês seguinte, Zé solicita a ajuda de Rodrigo para comprar um veículo para a facção dele. Ele entrega dinheiro na mão do seu amigo (acostumado a *mexer* com veículos e a circular onde quiser). Mas entre a compra do ônibus na concessionária e o reembolso do troco, Rodrigo guarda R\$ 10.000 reais, sobrestimando o valor do veículo. Só que Zé manda outra pessoa na concessionaria para fiscalizar a compra e comprovar o gasto real. Quando descobre que Rodrigo enganou ele, informa a facção. Chegando na mercearia de MT e de João, um grupo de homens exige a presença imediata do filho caçula. Lucas, o filho mais velho, que mora numa casa vizinha, se preocupa com o que aconteceu com Rodrigo e pede para acompanhá-lo. Os *meninos do movimento* «*levam ele para o campinho*», lugar de resolução de conflitos na parte mais alta do morro. Alguns homens começam a bater nele. Mas Lucas tenta uma mediação: ele propõe «*entregar na hora a chave do ônibus*» da empresa dele. Se Rodrigo tem uma dívida do primeiro empréstimo de R\$ 20000 além da mais valia de R\$10.000,00 que realizou sobre a venda do ônibus, só faltaria que os ‘meninos do movimento’ deem R\$ 20.000,00 para se tornar

¹⁵

Pedro não tirou férias desde 9 anos, acumulou dois empregos de motoboy e porteiro até poucos meses e hoje ainda trabalha no lugar dos colegas que tiram férias.

donos de aquele veículo de um valor de R\$50. 000,00. O chefe aceita. Para cumprir a palavra dele, Lucas desce em casa, pega a chave que entrega alguns minutos depois. O dia seguinte, ele ajuda a finalização dos documentos administrativos: o ônibus de Rodrigo é vendido a uma « *pessoa laranja* » que dá R\$ 20 000 para liquidar as parcelas do financiamento do veículo no banco. A dívida monetária já foi liquidada. Mas o roubo fez com que ele tenha sido « *corrido do morro* ». Precisa sair imediatamente do bairro e deixar em casa as outras dívidas que a família dele terá que resolver.

Primeiro, Rodrigo tinha solicitado a « *ajuda* » do pai dele para financiar a empresa. João tinha aceitado fazer, no seu nome, um crédito de R\$ 10000 no cheque especial para um custo de 15 prestações mensais de R\$ 1500 cada uma. Antes de ir embora Rodrigo já pagou as três primeiras parcelas, o equivalente R\$ 4500 reais. Mas agora sobra o resto. João conta que ouviu « *uma voz de Deus que falava que devia guardar o dinheiro que tinha colocado na poupança.* ». Resolve ir no banco para renegociar e quitar essa dívida. Com a renda limitada da mercearia, ele não poderia pagar as parcelas. Na Caixa Econômica, João consegue um acordo e paga 7000 reais a vista. Os R\$ 70000 que sobravam na conta poupança.

Segundo, Rodrigo tinha comprado um « *carro preto* » com o nome da mãe dele no final de 2009. O carro é financiado pelo banco HSBC Brasil através de 60 prestações de R\$ 1200, a pagar durante cinco anos. Alguns meses depois da compra, a polícia chega em casa para dizer que « *o carro não podia ser vendido* » segundo MT. Então, o carro é apreendido. MT entra na justiça contra a « *loja errada* » que provocou essa situação. Ao longo de vários meses, ela gasta R\$ 15000 reais para o advogado que Maria arruma. A filha caçula e o genro Pedro, que tem dois empregos na época, avançam uma parte desse dinheiro. Quando MT chega na audiência, seu advogado exige a restituição do carro assim como os R\$10000 de danos morais. Mas o advogado da loja exhibe um documento provando que um acordo já foi feito entre o gerente e Rodrigo. Maria Teresa tinha assinado o papel sem saber o que era realmente. Com respeito ao acordo, a loja já tinha liberado R\$ 10000 reais na mão de Rodrigo. Por consequência, a justiça confirma a restituição do carro, mas rejeita o pedido de danos morais.

Enquanto essa fase judicial acontece, MT tem que continuar a pagar as parcelas de R\$ 1200,00 cada mês. Impossibilitada de pagar depois da quinta prestação, ela resolve parar de pagar e deixa o banco tomar o carro. Nesse intervalo, o HSBC Brasil foi

comprado pelo Bradesco. No final, MT só pagou 5 parcelas e o carro está até hoje na garagem da família.

Terceiro, Rodrigo tinha comprado uma moto (no nome do João) que ficou na casa dos pais depois da saída do morro. Lucas resolve usar e paga as parcelas. Só que no contexto da « guerra » entre facções rivais, ele é suspeito de ter ajudado policiais para encontrar armas escondidas no quintal do lote onde morava. Essas 'fofocas' aconteceram porque ele *'trabalhava com a polícia nos transportes dos presos'* entre a casa deles e os presídios. Então, Lucas também tem que ir embora do morro em 2011. Maria Teresa insiste hoje nas consequências psicológicas de essas dificuldades. *“Com toda essa história, fiquei na depressão 5 anos. Até hoje tomo remédios para dormir e controlar minha pressão. Era uma época de sufoco só tinha que trabalhar para pagar. Eu não comia quase nada, nem conseguia cozinhar. Ficava em casa. Não saía. (...). « Agora considero mais meus genros como filhos que meu próprio filho (Rodrigo) »* (outubro de 2018). Mesmo que Maria Teresa faça esse discurso, segundo Nadia, ela continuou a ajudar Rodrigo depois da sua saída, as vezes para o pagamento do aluguel. Hoje ele mora em Vila Velha com sua filha e sua mulher. Mas antes desse relacionamento, ele teve um filho, Fernando (9 anos hoje) com Marina.

O dia 18 de outubro de 2018, MT recebe uma chamada do Rodrigo. *“No fundo do poço »*, solicita a ajuda financeira da mãe. Pediu um empréstimo de R\$ 2000 já que perdeu a carteira de motorista e tem R\$ 3000 reais de multas para pagar. Ele deve também dinheiro a várias pessoas. Rodrigo briga com a mulher dele porque vendeu o carro dela (30000) e só deu 10000 da venda para ajudar a pagar suas dívidas. MT não pode, nem quer ajudá-lo mas ficou bastante preocupada.

O dia 31 de outubro, Marina, mãe de Fernando, ligou em casa. No primeiro final de semana de outubro, ela já tinha passado um fim de semana em casa com os três filhos (de pais diferentes) e a mãe dela. Já que MT percebia que a situação deles era muito precária (*« o nenê nem tinha fralda, Nadia teve que pegar na mercearia »*), a visita de um dia se transformou num passeio de cinco dias (*« fiz carne já que eles não comem em casa »*). Quando Marina e os filhos foram embora, MT deu uma caixa com alimentos, fraldas, e pagou o Uber para levar todos eles.

Mas o dia 31 de outubro, Marina chama MT para dizer que « *eles estão sem luz* » e que « *Rodrigo não ajudou nada.* ». A energia foi cortada e eles tem vários aluguéis atrasados. A maior preocupação da avó é que se eles sejam mandados embora, os filhos seriam “*pegos pelo Conselho tutelar*”. Segundo Nádia, essa chamada é uma « *forma de chantagem* » para pressionar a avó a ajudar mais ela, enquanto ela nunca entrou na justiça para exigir a pensão de Rodrigo para Fernando. Esse mês está bastante apertado para o comércio, e MT não tem como ajudar. Se ela podia, ela diz que faria como esse final de semana que ela recebeu os três.

Sem distância sobre esses (primeiros) dados de campo, é bastante difícil refletir sobre essa cadeia de eventos. Entretanto, a história da família Dos Santos me parece interessante porque ela revela a sociabilização das dívidas dentro da família, os efeitos do não cumprimento de uma dívida territorial (um compromisso com “*meninos do movimento*”) sobre as dívidas financeiras acumuladas. No final, o afastamento dos dois filhos, por motivos totalmente distintos, acaba enfraquecendo a estrutura social e afetiva da família, especialmente Maria Teresa que foi na frente dessa “*luta*”.

Essa narrativa ilustra como o descontrole e os ‘*erros*’ de um filho vão levar todos integrantes da família a juntar esforços para sair do “*sufoco*”; mas no final, são os pais que assumem o custo das dívidas. Os arranjos financeiros entre filho e pais (que aceitam fazer créditos no nome deles) se fracassam o dia, que Rodrigo tem que sair do morro. Então, a primeira situação que provocou todo esse “*sufoco*” tem características territoriais fortes. O fato de ter enganado um amigo de infância do “*movimento*” e a aplicação do castigo deles (expulsão do morro) é o ponto de partida do *enrolo financeiro*.

Ser deslocado do espaço onde nasceu e cresceu leva Rodrigo a se virar por ele mesmo para arrumar uma nova vida. Ele ficou incapaz de gerar e cumprir as próprias dívidas que deixou “*no morro*” (o carro, a moto, o cheque especial no nome dos pais). Por consequência, a problema das dívidas teve que ser resolvido no mesmo espaço doméstico e comerciante.

É importante insistir no fato que Maria Teresa é a pessoa que assumiu as maiores tarefas (entrar na justiça, ir na “*loja errada*”, ir e voltar nos bancos, conversar com o amigo de infância de Marcello para entender o risco que ele corre, ...) e mais se cobrou pela situação. As obrigações femininas de administração doméstica e gestão financeira ilustram como a dimensão do gênero é central. Mesmo que MT pôde contar com o forte

apoio do marido e a ajuda dos filhos e genro, ela levou também nas costas o peso psicológico das dívidas. Sua depressão de vários anos ilustra o impacto emocional de essa situação. A questão do gênero nas relações financeiras apareceu em outros momentos: a traves do limite do acesso feminino a moeda no caso de Nádia; e do descuido do Rodrigo para seu primeiro filho (Fernando) o que leva Marina a solicitar muitas vezes a avo.

Por fim, essa narrativa permite questionar a relação das classes populares com o(s) direito(s) (Soares, 2010). Mostra o custo importante da ‘*entrada na justiça*’ de Maria Teresa (para tentar defender seus direitos no caso do carro da “loja errada”) e as repercussões sobre o forte crescimento do endividamento da família (que apertou as finanças). Entanto, a incapacidade de pagar as prestações do carro não leva o banco a apreender ele, como poderia. Então, a não aplicação de esse direito faz com que a dívida foi cancelada (até hoje).

Alem disso, o caso da Marina (que cobra os avos do Fernando e não exige as pensões dos pães dos diferentes filhos) leva a questionar a prevalência da responsabilidade dos avos sobre os direitos da mãe e dos filhos.

Referências bibliográficas

Banco Central do Brasil, 2015, Relatório de Inclusão Financeira, Brasília, n°3 (consultado em dezembro de 2018: <https://www.bcb.gov.br>)

Cordilha Ana Carolina, Lavinás Lena, “*Transformações de saúde na era da financeirização*”. Licoes da Franca e do Brasil, Ciencia & Saude Coletiva, vol.23 no.7, 2018.

Dowbor L., 2016, « *Resgatando o potencial financeiro do país* » (dowbor.org, consulté en ligne, février 2018).

Farinet (Collectif), Blanc Herome, Guerin Isabelle, Hillenkamp Isabellem Morvant-Roux Solene, Saiag Hadriem), *Pour une socioeconomie engagee, monnaie, finance et alternatives*. Classiques Garnier, 2018.

Lavinás Lena, *The takeover of social policy by Financialization: The Brazilian Paradox*.

New York Palgrave Macmillan, XXI-219p.

Motta Eugênia; Neiburg Federico; Rabossi Fernando; Muller Lucia, “*Ethnographies of economy/ics: making and reading*”, Vibrant, vol.11 no1, Brasilia, 2014.

Motta Eugênia, *House and economy in the favela*, in Vibrant-Virtual Brazilian Anthropology, vol.11 no1, Brasilia, 2014

Muller Lucia, “*Negotiating debts and gifts: Financialization policies and the economic experiences of low-income social groups in Brazil*”, in Vibrant-Virtual Brazilian Anthropology, v.11 n.1, Brasilia, 2014.

Neiburg Federico, 2011, “*Os sentidos sociais da economia*”, in L.F Dias Duarte,. E B.Martin, Antropologia. Horizonte das Ciências Sociais no Brasil, Anpocs/Ciencia Hoje/Discurso Editorial/Barcarolla, São Paulo, pp,225-258.

Polanyi, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000 (1944).

Saiag Hadrien, *Monnaies locales et economie populaire em Argentine*, Paris, Karthala, 2015.

Soares Rafael, *Les favelas de Rio de Janeiro*. Histoire et droit, XIXeme et XXeme siecle, L’Harmattan, Paris, 2010.